

MULHERES NO MINISTÉRIO

GUNTER AXT

Pós-doutor em História Social

Florianópolis



A representação da Justiça com alegorias de potestades femininas greco-romanas, como a célebre Themis, disseminou-se no século 19. Em tribunais, escolas e escritórios, replicam-se objetos que insistiram em conferir à imagem do Direito corpo e alma de mulher. Essa representação poderia sinalizar correspondente presença do protagonismo das mulheres nas nossas Cortes. Mas não foi assim.

Em 1890, a pernambucana Maria Augusta de Vasconcelos, perguntando ao presidente Deodoro da Fonseca quais funções que, como recém-bacharel, poderia exercer, recebeu por resposta do órgão equivalente à OAB que o Direito brasileiro se inspirava no romano e em Roma as mulheres não exerciam magistraturas. Em 1941, Sophia Galanternick, uma das primeiras promotoras brasileiras, recebeu como mensagem no dia em que prestava concurso para se efetivar na carreira: “Tendo o governo do Estado resolvido exonerar-vos por julgar inconveniente aos interesses da administração o desempenho do cargo de promotor por mulher casada,

A presença feminina hoje nos cursos e profissões jurídicas se tornou relevante

venho agradecer-vos os bons serviços prestados ao Ministério Público.” Como Maria Vèrone mencionou em 1925, num discurso em Paris que celebrava os 25 anos de admissão da primeira advogada por um

tribunal francês: “Quem algum dia poderá saber as dificuldades que precisou enfrentar?”

Anteriormente rarefeita, a presença feminina hoje nos cursos e profissões jurídicas se tornou relevante. Mas essa enorme transformação social se processou quase que silenciosamente, pois pouco se escreve sobre a trajetória das mulheres no Direito brasileiro.

Quem foram as pioneiras? Quais desafios precisaram enfrentar? Como venceram as barreiras culturais e como se adaptaram às comunidades junto às quais atuaram? Qual a contribuição estimável das mulheres às instituições jurídicas?

São algumas das questões que resolvemos enfrentar entrevistando promotoras, procuradoras e uma servidora do Ministério Público de Santa Catarina. Com base nas técnicas da história oral, 17 entrevistas se acham reunidas e comentadas no terceiro volume da já consagrada série editorial *Histórias de Vida*, editada pelo Memorial do MPSC.